

A EXTENSÃO BIBLIOTECONÔMICA NO NORDESTE DO BRASIL: ¹MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS E PROJETOS COM TEMÁTICAS SOCIAIS

E-mail:
elieny.silva@ufca.edu.br
isasousa2010@hotmail.com

Elieny do Nascimento Silva², Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira³

RESUMO

Aborda sobre a Extensão como pilar essencial no fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem do futuro bibliotecário. Para alcance desse objetivo foram mapeadas as universidades que desenvolvem ações extensionistas, nas modalidades programas e projetos no Nordeste brasileiro. Enfatiza que a responsabilidade social das instituições de ensino superior vai além de uma formação técnica e competente, pois inclui a formação humanística do discente e a responsabilidade com as comunidades que estão ao entorno dessas instituições. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, pois atendem aos objetivos propostos. Quanto à abordagem, a pesquisa pode ser classificada como quali-quantitativa. Quanto à abordagem, a pesquisa pode ser classificada como quali-quantitativa. Discute que a sociedade atual não comporta mais a Biblioteconomia patrimonialista, cujo foco é a preservação do acervo, restrito a um público seletivo, pelo contrário, urge por uma Biblioteconomia Social, focada no usuário e em suas necessidades informacionais. Conclui-se que os cursos de Biblioteconomia desenvolvem ações extensionistas, porém, em sua maioria, direcionadas para as comunidades letradas. A mais, detectou-se que também há ações direcionadas para as não letradas, mesmo ínfimas, mas que impactam socialmente, principalmente, por meio de ações de mediação da informação.

Palavras-chave: Biblioteconomia. Ações de extensão. Mediação da informação. Responsabilidade social.

ABSTRACT

It addresses Extension as an essential pillar in strengthening the teaching and learning process of the future librarian. To achieve this objective, universities that develop extension actions were mapped, in the form of programs and projects in Northeast Brazil. Emphasizes that the social responsibility of higher education institutions goes beyond technical and competent training, as it includes the humanistic training of students and responsibility to the communities surrounding these institutions. This is a bibliographic, documentary and field research, as they meet the proposed objectives. As for the approach, the research can be classified as quali-quantitative. As for the approach, the research can be classified as quali-quantitative. It argues that the current society no longer includes patrimonialist Librarianship, whose focus is the preservation of the collection, restricted to a select audience, on the contrary, it urges for a Social Librarianship, focused on the user and his informational needs. It is concluded that the Librarianship courses develop extension actions, however, mostly, directed to the literate communities. In addition, it

¹ Artigo oriundo da tese: A responsabilidade social da Biblioteconomia nas ações de extensão universitária, sob a orientação da prof. Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – UFBA.

² Universidade Federal do Cariri. Brasil.

³ Universidade Federal da Bahia. Brasil.

was found that there are also actions directed at the non-literate, even the smallest ones, but which impact socially, mainly through information mediation actions.

Keywords: Librarianship. Extension actions. Information mediation. Social responsibility

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma tese de doutorado, realizada no Instituto de Ciência da Informação (ICI), na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A pesquisa investigou, sob o prisma da responsabilidade social, as ações extensionistas desenvolvidas pelos cursos de Biblioteconomia das universidades federais do Nordeste brasileiro e, os impactos dessas ações nas comunidades assistidas. Buscou-se compreender como a Biblioteconomia Social tem cooperado com o acesso à informação nas comunidades por meio do processo de mediação da informação.

Sendo a informação base paradigmática de desenvolvimento e bem-estar social das nações, sobretudo, com o advento das tecnologias da informação e comunicação no período pós-Segunda Guerra Mundial, dependem dela os diversos setores sociais, explicitando-se novas relações de poder na estrutura social. Dessa forma, torná-la acessível é um dos grandes desafios da atual sociedade, desde a informação mais utilitária a mais específica.

Após ser reconhecida como fator de desenvolvimento econômico, atribui-se à informação uma característica revolucionária – “Revolução da Informação” (OLIVEIRA, 1994). Da apropriação de terras ou dinheiro (base do capitalismo), as diferenças sociais passaram a basear-se na posse e no uso, de forma crítica, da informação (TOFLER, 1993). Assim sendo, investigar como os cursos de Biblioteconomia cooperam nesse processo para facilitar o acesso a essas informações torna-se um dos grandes desafios da área, cuja missão é tornar acessível o acesso às informações, respeitando as características peculiares dos usuários.

Paradoxalmente ao crescente volume informacional produzido pela sociedade, confronta-se a problemática da exclusão social (hipossuficiência financeira, analfabetismo digital, funcional etc.), desvendando um cenário contraditório: desequilíbrio ambiental; exclusão em todas as suas tipologias (social, racial, cultural etc.); desvelando grupos sociais sem acesso ao bem econômico mais precioso da atualidade – a informação. Entre esses segmentos, permanecem desigualdades que clamam por soluções, dentre essas a participação social das classes que compõem os chamados grupos vulneráveis⁴: mulheres, crianças, adolescentes, homossexuais, religiosos, deficientes e idosos (quando nos referimos a sua participação social em situação de risco), indígenas e negros-quilombolas, dentre outros. Tal realidade está constatada nos relatórios de indicadores sociais do país.

Nesses instrumentos de análise – mais especificamente no Relatório dos Indicadores Sociais do Brasil (2015) – os resultados apontaram que as regiões Norte e Nordeste concentram os maiores índices de pessoas que vivem com renda per-capita com até ¼ (um quarto) do salário mínimo, reflexo das desigualdades regionais produzidas ao longo do processo de desenvolvimento econômico do país (IBGE, 2015).

⁴ Grupos vulneráveis - conjunto de seres humanos, possuidores de direitos civis e políticos, munidos do direito de cidadão, porém, a sociedade de maneira geral, macula certos direitos inerentes às pessoas vulneráveis. Pode-se conceituar grupos vulneráveis como sendo o conjunto de pessoas ligadas por ocorrências fáticas de caráter provisório, o qual não possui identidade, havendo interesse em permanecer nessa situação, sendo seus direitos feridos e invisíveis aos olhos da sociedade e do poder público. Exemplificando: idosos, mulheres, crianças etc. (TREVIZAN; AMARAL, 2010, p.5-6).

Na conjuntura atual, em que as crises moral e ética atingem um patamar elevado, os direitos sociais como saúde, educação, segurança e moradia ficam distantes da maioria dos que compõem a população sem acesso aos bens produzidos pela sociedade; sendo assim, a responsabilidade social das instituições torna-se fator diferencial para promoção dos direitos sociais constituídos na Carta Magna do País, principalmente aos segmentos supracitados, ou seja, a maior parte da população.

Nesse cenário, Bobbio (1992, p. 25) cita que “o problema grave do nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não é mais fundamentá-los, e sim protegê-los”. A questão fundamental é garantir a efetivação desses direitos, pois sua não concretude vai de encontro aos documentos normativos da nação, dados esses refletidos nos relatórios sociais (IBGE, 2015). Assim, fomentar discussões para colaborar com essa assertiva é um dos aspectos necessários nesse cenário de disparidade e exclusão social.

Por conseguinte, as instituições, independente de natureza (social, financeira, educacional, filantrópica etc.), precisam posicionar-se para cooperar no tocante a essa problemática social. Nesse panorama, as instituições educacionais são essenciais para fortalecer esse debate que afeta severamente as sociedades. Sobre esse aspecto, Freire (1996) sintetiza que a Educação não transforma o mundo; mas, muda as pessoas, as quais transformam a sociedade.

A Educação, que oportuniza o empoderamento⁵ dos indivíduos, é pilar essencial de mudanças no país. Nessa direção, as organizações educacionais devem ter participação efetiva nos debates de inclusão social, haja vista ser dispositivo que colabora com a transformação social. No âmbito do ensino superior, as universidades constituem-se mecanismos, tanto de formação, como de apoio e denúncia social.

No espectro do setor público, as universidades, sejam estaduais, regionais ou federais, desempenham uma relevante função social: além da formação profissional são instrumentos capazes de intervir na realidade local, seja por meio das ações de ensino, pesquisa, extensão e mais atual, a cultura. No âmbito dessa proposta de pesquisa, foi enfatizada a Extensão Universitária enquanto pilar universitário essencial que fortalece as ações de responsabilidade social dessas Instituições de Ensino Superior (IES).

Face ao exposto, foram investigados os cursos de Biblioteconomia da região Nordeste do país e as suas ações de Extensão, nas tipologias Programas e Projetos, por terem uma duração maior que as demais tipologias, a fim de verificar a responsabilidade da área sobre o prisma da Extensão Universitária. Destaca-se que formar profissionais competentes constitui-se responsabilidade social das universidades, mas somente isso não pode ser considerado como a responsabilidade social dessas instituições educacionais, pois seria limitar o seu espectro de abrangência.

Nesse pensamento, a discussão teórico-metodológica da pesquisa fundamentou-se no conceito de extensão enquanto: “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p.15), por expressar a postura que a universidade deve manter com a comunidade interna (docentes, discentes, técnicos) e externa (a sociedade em geral).

Face a essa assertiva, as questões norteadoras desta proposta investigativa foram: como os cursos de Biblioteconomia, da região Nordeste do Brasil, têm alinhado sua responsabilidade social com seus programas/projetos de extensão desenvolvidos nas comunidades? Para verificar tais premissas, selecionou-se como lócus de observação as

⁵ Na pesquisa, o termo empoderamento é utilizado direcionado à cidadania, conforme utilizado por Paulo Freire (1996), como possibilidade de promoção da autonomia, emancipação, da afirmação, direcionado às classes sociais, principalmente aos grupos considerados vulneráveis.

universidades federais da região Nordeste, pois são mecanismos educacionais de formação profissional, relevantes para o desenvolvimento da sociedade.

Partindo dessa perspectiva, destaca-se que “a missão da educação superior é formar cidadãos profissionais e cientificamente competentes, bem como comprometidos com o desenvolvimento social do país” (CALDERÓN, 2007, p. 58). Face a isso, analisar as contribuições da Biblioteconomia nordestina aos programas/projetos de extensão torna-se essencial na atual conjuntura social, em que a informação, objeto de estudo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, é vetor de desenvolvimento social.

Partindo-se do princípio que a Ciência da Informação é uma ciência social, suas teorias são importantes para os estudos do acesso e mediação da informação. Como eixo norteador dessa investigação, tomou-se o paradigma social da Ciência da Informação, o qual enfatiza o usuário como centro do processo de transferência da informação e suas necessidades informacionais, portanto, fundamental para análise dos contributos dessa ciência para promoção da responsabilidade social universitária pelo viés da Extensão Universitária.

Nesse pressuposto, estudar a temática “responsabilidade social universitária”, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social é desafiador diante do cenário nacional em que as questões sociais ficam, muitas vezes, distantes das agendas educacionais, principalmente no âmbito do ensino superior. Nessa direção, Targino (1991, p.155) destaca: “não há exercício de cidadania sem informação”. Em razão do exposto, destaca-se a responsabilidade social do bibliotecário em fortalecer o acesso à informação a quem precise.

Assim, analisar como a Extensão Universitária, fortalece o processo formativo no tocante à responsabilidade social, é essencial nesse cenário marcado por uma educação tecnicista, competitiva e individualista. Face ao exposto, provocar reflexões sobre temáticas relevantes – a exemplo da globalização e suas tecnologias de comunicação; acesso à informação; preservação ambiental; direitos humanos; ética; exclusão social etc. – constitui-se uma das formas dessas instituições se posicionarem enquanto mecanismos propulsores de desenvolvimento, potencializadoras de empoderamento dos indivíduos e grupos sociais. Em virtude disso, gerar discussões acerca da responsabilidade social das instituições educacionais é urgente nesse cenário que o país vivencia.

2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

A responsabilidade social das instituições educacionais, enquanto mecanismo de transferência da tecnologia social⁶, consiste em contribuir para a formação de indivíduos com competências técnica e cidadã, fundamentais no panorama vigente. No campo do ensino superior, por ser a universidade um espaço multidimensional, que trata tanto com a dimensão técnica quanto social do indivíduo, o estudo da responsabilidade social torna possível a inclusão da temática cidadania, proporcionando espaços de discussões para esse tema.

⁶ Tecnologias sociais, mais do que a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientem pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda. (BAVA, 1998, p.116).

Nas universidades, âmbito desta proposta de pesquisa, tal desafio se mostra como fator essencial para constituição de sociedades democráticas e igualitárias nessa ambiência marcada pela exclusão social. Em detrimento, a sociedade tem impetrado uma cultura educacional tecnológica, individualista e competitiva, em que valores como justiça social, igualdade, fraternidade não são destaque nos currículos educacionais, evidenciando uma formação com aparatos técnicos fortes, porém com uma formação humana ínfima, atestando, assim, a urgência de formação cidadã consistente nesse processo formativo.

Destaca-se ainda que a ausência de mecanismos que propiciem ações que possibilitem o desenvolvimento pleno do educando reflete, muitas vezes, indivíduos com títulos universitários, mas sem a adequada compreensão de compromisso social. Nessa perspectiva, apontar direcionamentos para uma educação polivalente, que valorize não somente as técnicas, mas também a formação cidadã é fundamental para a sociedade que sofre as consequências da fragmentação por classes sociais, pautadas em quem tem poder econômico e intelectual àqueles que pouco ou nada possuem.

Frente a essa realidade social, verificar o desenvolvimento da responsabilidade social nas instituições educacionais, com enfoque para a educação pública superior, especificamente na Extensão Universitária, visto ser o elo entre universidade e sociedade, torna-se *locus* propício para analisar essa premissa. Freire (1996) em suas abordagens teóricas e atemporais destaca que a educação é um processo que proporciona mudanças, capaz de impactar as sociedades, sendo, essencial na formação do indivíduo.

Tratar sobre formação cidadã no âmbito da educação superior, na perspectiva da Extensão Universitária, é desafiador diante de um ensino técnico e com fortes resquícios elitistas. Em consonância, destaca-se que,

a educação socialmente responsável e a formação ética e cidadã se expressam em diferentes fundamentos, princípios, estratégias e iniciativas institucionais, com destaque às disciplinas que tratam desses temas e às **experiências teórico-práticas na realidade social**. As percepções dos alunos alimentam essas expressões e revelam concepções, lacunas e expectativas em relação ao papel da universidade na formação socialmente responsável (SILVA, 2014, p.8, grifo nosso).

Nesse direcionamento das experiências teóricas e práticas, ampliar o ambiente “restrito” da sala de aula, em que é construído o conhecimento teórico, propicia experiências que somente o espaço da universidade não comporta. Em outros termos, o conhecimento produzido em múltiplos lugares proporciona aprendizagem significativa, agregadora de saberes, essencial na formação acadêmica plena.

O ensino integrado ao meio social permite aos discentes ampliar o leque de conhecimento, alargando a percepção acerca dos vários espaços de atuação profissional e intercalando os diversos tipos de conhecimento. Enquanto ferramenta que favorece a *práxis*⁷ acadêmica é necessário que a função da Extensão se torne prática efetiva na Academia, não somente em ações pontuais, isoladas, descontextualizadas do processo formativo, mas integrada com as demais funções, a fim de corroborar para a qualidade da formação educativa. Assim, investigar a prática dessa função pelo viés dos cursos de Biblioteconomia torna-se essencial para analisar como esta ação está presente nos referidos cursos.

⁷ Práxis - Designa atividade transformadora, criadora, autocriadora, uma atividade que produz, forma e transforma o homem social, seu meio, sua consciência e suas ações no mundo real. A práxis é a pedagogia dos homens empenhados na luta por liberdade, uma pedagogia humanista e libertadora. (PIO, CARVALHO, MENDES, 2014).

Cabral (2012) pontua que a prática social universitária só terá sentido se for inserida na proposta pedagógica. Dessa maneira, o processo extensionista precisa estar integrado a *práxis* acadêmica. Delors (2010, p.5) corrobora ao afirmar,

face aos múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. Só a educação conduzirá a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras.

Nesse direcionamento, a Educação como ferramenta que possibilita ruptura com as amarras sociais demanda profissionais para atuarem em espaços onde a mediação da informação é fator decisório, evidenciando, assim, a responsabilidade social das profissões como fator determinante para atuação mais eficaz na sociedade (VALENTIN, 2000; ALMEIDA JÚNIOR, 2000; VERGUEIRO, 1990). Além das competências técnicas, a construção de novas capacidades é requisito essencial para que os profissionais se tornem agentes de transformações sociais.

Nessa proposição, a Biblioteconomia atual não pode continuar fundamentada nos paradigmas da Biblioteconomia patrimonialista (foco no acervo e público seletivo), mas precisa efetivamente ser pautada na dimensão social: centralidade no usuário e suas necessidades de informação, ampliando seu escopo de atuação para além das tradicionais bibliotecas. Analisar a responsabilidade social da Biblioteconomia nas ações de Extensão Universitária é fundamental para constatar os pontos fortes e as fragilidades da área, além de ser fundamental para traçar estratégias para o empoderamento da classe bibliotecária. Além disso, compreender a Extensão como suporte pedagógico essencial no processo de ensino e aprendizagem é vital para promoção de uma formação humanística ao mesmo tempo que favorece para o fortalecimento dessa função universitária.

3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Dentre as três funções da universidade, ensino, pesquisa e extensão, a última é a mais recente e a que carece de maiores investigações, visto que não há equiparação com as demais funções, dado esse percebido nos editais das agências de fomento, nos currículos acadêmicos etc. Em face dessa realidade, investigar a Extensão na universidade, suas atribuições, desafios e oportunidades é pertinente para compreensão de seu papel enquanto processo educacional essencial na formação discente.

É notório que a Extensão amplia as fronteiras da universidade, propicia a difusão do conhecimento produzido junto às comunidades dentro de uma proposta integradora, consolidando o processo de ensino e aprendizagem, além de integrar as funções universitárias. Dentro desse leque de perspectivas, um dos desafios principais é a efetiva integração com as demais funções universitárias. Esse fato é originário desde a gênese dessa ação na gestão universitária até os dias atuais, e luta por seu reconhecimento como função essencial no meio universitário, tornando-se *práxis* nos currículos da educação superior e de toda a comunidade acadêmica (FORPROEX, 2012).

O ensino de qualidade implica a inclusão do alunado na realidade social do país, objetivando a formação cidadã e profissional. Assim, promover práticas para capacitar indivíduos a atuarem eticamente na sociedade, por meio de um processo educacional participativo, político e crítico, é essencial. Nesse direcionamento, a incorporação da extensão na *práxis* acadêmica, a

partir da curricularização, possibilita a maior participação do número de discente, haja vista o baixo índice atual.

Nesse entendimento, algumas universidades do Nordeste têm buscado implementar a atividade extensionista no processo acadêmico por meio da sua Curricularização, processo esse que encontra-se em trâmite nas demais universidades brasileiras. A UFBA tem incorporado a Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS), regida pela Resolução nº 01/2013 – CONSEPE, objetivando fortalecer o processo de ensino e aprendizagem.

Esse componente abrange uma perspectiva dialógica, participativa e compartilhada por intermédio de intervenções em comunidades e sociedades, na busca do enfrentamento das problemáticas sociais contemporâneas. Nessa acepção, retornamos para as teorias de Freire (2006) as quais apontam a Extensão como processo essencial que objetiva resultados satisfatórios tanto para as comunidades assistidas quanto para as próprias instituições de ensino.

Conforme a Legislação vigente, a Extensão pode ser operacionalizada por meio de diversas ações: Programas e projetos; Cursos; Eventos Acadêmicos; Promoções de Arte, Cultura, Esporte e Lazer; Prestação de serviços, consultorias e assessorias e Extensão Tecnológica (FORPROEX, 2013). Na pesquisa foram enfocados, especificamente, os programas e projetos em virtude de ter um período de duração maior que as demais modalidades.

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, pois atendem aos objetivos propostos. A pesquisa Bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem dessa pesquisa reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2008).

A pesquisa Documental caracteriza-se pela utilização de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, isto é, que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, como os formulários de inscrição dos projetos de extensão nas Pró-reitorias de Extensão das Universidades pesquisadas (GIL, 2008). A pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes para analisá-los (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto à abordagem, a pesquisa pode ser classificada como quali-quantitativa. Por investigação qualitativa compreende-se como “um processo contínuo de construções, de versões da realidade”, cujo foco não é apenas o fenômeno estudado em si, mas o relato ou discurso do sujeito de pesquisa sobre o fenômeno vivido ou presenciado por ele, e que é este o verdadeiro objeto da pesquisa (FLICK, 2004, p.25). Já a pesquisa quantitativa é definida como uma pesquisa que traduz em números as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas, utilizando-se de técnicas estatísticas (RODRIGUES, 2007).

Quanto aos objetivos, este estudo configura-se como exploratório e descritivo (ou explicativo). Para Quivy e Campenhoudt (1998, p.109), o objetivo do trabalho exploratório é alargar a perspectiva de análise, travando conhecimento com o pensamento de autores cujas investigações e reflexões podem inspirar o investigador e revelar facetas do problema, as quais não teriam sido, certamente, pensadas, e, por fim, optar por uma problemática apropriada. Quanto à pesquisa descritiva, nota-se que tem o objetivo de identificar as características de um determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos.

Pela diversidade dos cursos analisados, a pesquisa configura-se como estudo de múltiplos casos. Assim, os Cursos de Biblioteconomia das universidades federais da região Nordeste do Brasil configuram-se o *locus* desta proposta investigativa. O curso do estado do Piauí não fez parte da amostra por ser o único ofertado na esfera estadual (Universidade Estadual do Piauí), além da ausência de informações sobre o curso no ambiente digital.

Dessa forma, foram pesquisados os nove cursos de Biblioteconomia alocados nas universidades federais da região, dispostos nos seguintes Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. O recorte espacial corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico ao objeto da investigação (MINAYO, 2006). Nesta pesquisa, isso se refere aos programas/projetos de extensão do curso de Biblioteconomia das referidas universidades em funcionamento e com atividades com foco nas comunidades externas.

Quanto aos objetos e sujeitos da presente investigação, são constituídos pelos *websites* dos cursos e pela Plataforma *Lattes*, mais especificamente os currículos *Lattes* dos docentes dos cursos pesquisados. A amostra selecionada constituiu-se dos 09 *websites* das IFES nordestinas e 144 currículos *lattes* docentes. Embora existam muitas técnicas de realizar o trabalho de campo, uma foi essencial nessa etapa: a observação – esta é feita sobre tudo aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente (MINAYO, 2009). Tal técnica de observação proporcionou verificar, no meio digital e físico, informações relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Os mapeamentos dos cursos, dos docentes e dos programas/projetos foram coletados por meio da técnica de observação direta e discutidos à luz da teoria abordada no percurso bibliográfico desta pesquisa. Para efetivação da técnica de observação, foram analisados os *websites* das universidades pesquisadas e a plataforma *Lattes*, de onde foram subtraídas informações, que, após análise, se tornaram parte da documentação em estudo.

No primeiro momento, foram observadas as páginas dos cursos das universidades. A partir dos *websites* das IFES, foi feito o levantamento do corpo docente do curso. Nesta etapa, foi verificado que alguns sites das IFES, além de desatualizados, não disponibilizam as informações necessárias sobre o corpo docente, tampouco as atividades extensionistas desenvolvidas pelos cursos. Destaca-se que o curso, o qual trabalha com o fluxo informacional, apresenta problemas para dispor informações elementares atualizadas. Os profissionais da tecnologia, assim como os coordenadores e corpo docente, precisam perceber essa limitação na organização acerca do próprio curso, a fim de sua prática não divergir das teorias ministradas em sala de aula.

Recorreu-se à observação direta na Plataforma do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) para mapear os currículos a fim de apontar os docentes que desenvolvem extensão, identificando as tipologias. Devido à confiabilidade, a plataforma foi o *locus* para verificar as ações extensionistas realizadas pelos sujeitos pesquisados. Por sua credibilidade e abrangência, é um instrumento indispensável para análise de competências no tocante ao financiamento de pesquisas (CNPq, 2016).

No segundo momento, foram identificadas as ações extensionistas desenvolvidas pelos docentes. A busca dessas informações deu-se no campo “Projetos” dos currículos *Lattes dos docentes*, de onde foram subtraídas as informações necessárias. Tabuladas as ações extensionistas desenvolvidas pelos docentes, foi feita a seleção das informações pertinentes. Os dados coletados foram tabulados e representados graficamente na seção ulterior. A variável “desatualização” do Currículo *Lattes* foi recorrente. Destaca-se que a “desatualização” pontuada está direcionada não à inclusão de novos dados (publicação de artigos, participações em banca), mas à ausência do termo “concluído” ou “interrompido”, quando a ação foi encerrada.

Em virtude da obrigatoriedade da curricularização da extensão nos currículos acadêmicos, a pesquisa teve sua continuidade, através de projeto de pesquisa, em andamento, na Universidade Federal do Cariri, porém com abrangência nacional. Os dados da pesquisa estão em fase de análise para posterior publicação.

5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Dentre as diversas ações extensionistas, determinou-se, nesta pesquisa, analisar a variável Programas/projetos visto que tem como foco a comunidade externa e por ter uma durabilidade maior. Com o objetivo de verificar como essas ações estão sendo executadas, foi feito o mapeamento dos currículos *lattes* dos docentes dos cursos pesquisados para verificar a presença/ausência dessa atividade nas referidas instituições.

Os dados coletados evidenciam que a Extensão direcionada para o meio acadêmico (cursos, palestras e oficinas) é notória nos currículos docentes, conforme dados obtidos nas universidades pesquisadas (QUADRO 01).

Quadro 01 – Tipologias das ações desenvolvidas pelas IFES

Ações de extensão realizadas nas universidades					
IFES	Programas/ Projetos	Cursos	Eventos	Prestação de Serviços	Extensão Tecnológica
UFAL	X	X	X	X	X
UFBA	X	X	X	X	X
UFCE	X	X	X	X	X
UFCA	X	X	X	X	X
UFMA	X	X	X	X	
UFPB	X	X	X	X	X
UFPE	X	X	X	X	X
UFRN	X	X	X	X	X
UFS	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados demonstram que ações extensionistas direcionadas à comunidade acadêmico-letrada são constantes, denotando compromisso com o público interno, ou seja, o profissional e acadêmico; porém, no tocante a ações para o público externo, esse dado é ínfimo às outras ações. A crítica atemporal de Freire (2006) sobre extensão enquanto processo que expande o conhecimento produzido nas universidades é atual, informação essa ratificada nos dados que refletem uma quantidade maior de ações direcionadas à comunidade interna.

A extensão possibilita a democratização dos saberes enquanto ferramenta dialógica entre o saber científico com os múltiplos saberes da sociedade, sendo, portanto, uma ação essencial na Academia. Esse desafio, se superado, resultará em benefícios mútuos para todas as partes. Nesse aspecto, a curricularização da Extensão é uma premente fundamental nessas instituições.

Para alcançar seu objetivo, a extensão precisa ser parte integradora e favorecer a formação acadêmica, contribuindo para profissionais comprometidos com as causas sociais. Destarte, essa premissa da curricularização da extensão encontra-se em fase de implantação nas universidades federais do país. Nessa acepção, o paradigma social da Ciência da Informação é essencial para compreender a extensão sob o prisma da dialogicidade entre universidade/sociedade por meio do processo de mediação.

O paradigma social dessa ciência destaca a importância do indivíduo, sua necessidade informacional e o contexto como fundamental para o processo de mediação da informação.

Assim, a interdisciplinaridade é essencial na formação discente. Nessa esteira, a interdisciplinaridade configura-se como desafio no processo de ensino e aprendizagem, visto que o jogo de poder entre os campos do conhecimento, destacado por Bourdieu (2004), é um dos empecilhos de uma comunicação mais eficaz entre as disciplinas.

Possibilitar uma formação interdisciplinar permite, ao discente, novos espaços de interlocuções, de aprendizagem, contribuindo para dar subsídios aos saberes. A aproximação entre os diversos campos do conhecimento contribui para o fortalecimento das áreas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento das ciências.

Os dados apresentados demonstram que são muitos os desafios enfrentados pela Extensão, mas, diante de tantos obstáculos, ela tem se destacado em muitas ações, destacando as Academias enquanto instituições educacionais enquanto colaboradoras do desenvolvimento social. Dentre os desafios vivenciados pela Extensão Universitária, destaca-se a questão dos recursos financeiros destinados aos programas. Ampliar as verbas para a execução dessa função assim como o número de bolsas é fundamental visto que a questão econômica é primordial no processo de seleção por bolsas nas universidades, distinguindo o número de bolsistas entre essas funções.

O reconhecimento dessa atividade na própria instituição e pelas agências de fomento é um dos entraves enfrentados por essa ação. A pouca visibilidade da Extensão reflete como essas ações são percebidas pelas agências de fomento, repercutindo na percepção dos docentes acerca de tal função. Bourdier (2004) enfatiza o jogo de poder no ambiente acadêmico como fator determinante para quem comanda as intervenções científicas, as publicações, os temas das pesquisas, determinando as relações entre os agentes que compõem esse campo.

As agências de fomento precisam participar dessa discussão e promover ações que fortaleçam a Extensão, a fim de ascendê-la à posição de função necessária na universidade. Esse fato é comprovado nos editais para seleção de docentes, em que as atividades de pesquisa têm pontuação maior que as atividades extensionistas. Esse impasse de superioridade de uma função é um problema grave nas universidades e coopera para o enfraquecimento da equiparação entre as funções acadêmicas.

Nesse cenário, enfatizam-se também as oportunidades dispostas a esta função universitária, dentre as quais: o fortalecimento da relação dialógica com a sociedade, facilitando o processo de transferência do conhecimento e corroborando com a responsabilidade social universitária; fortalecimento da formação discente cidadã; retroalimentação da pesquisa e do ensino, dentre outras.

A integração universidade e sociedade desempenha papel essencial no processo formativo discente visto que,

a promoção do ensino socialmente responsável abarcaria a formação de indivíduos qualificados para a inclusão no mercado de trabalho e igualmente a formação de indivíduos críticos, moralmente competentes, capazes de tomada de decisão frente a questões éticas, não apenas considerando uma questão deontológica, mas também seus contextos pragmáticos, morais e sociológicos (BÓLAN; MOTTA, 2007, p.17).

O ensino contextualizado coopera para um aprendizado não somente com aparatos técnicos, mas também cidadão. Nesse contexto, uma das alternativas de corrigir a pouca participação das universidades públicas nas questões sociais é envolver-se nas comunidades, promovendo o processo de mediação, a fim de que o conhecimento gerado no ambiente acadêmico

retorne em benefícios (não atividades de assistencialismo social⁸) às comunidades. As oportunidades de promoção de acesso às comunidades são diversas e precisam ser exploradas por esses centros acadêmicos.

Nessa direção, promover projetos de integração entre as IES e as comunidades é vital para tornar as ações de extensão concretas visto que essa experiência possibilita o aprendizado no contexto social, aprimorando também a formação profissional. Buarque (2003, p. 5) corrobora ao afirmar: "a universidade ainda representa patrimônio intelectual, independência política e crítica social.

Em virtude dessas características, a universidade é uma das instituições educacionais para reorientar o futuro da humanidade". Não se pode ser utópico ao dizer que a universidade é a solução para todas as problemáticas sociais, mas não pode eximi-las de suas responsabilidades enquanto mecanismo de transformação social. Enquanto produtora de conhecimento e tecnologia, o compromisso com o progresso é um desafio para as universidades na contemporaneidade visto ser um motor propulsor de desenvolvimento.

Repensar a formação dos profissionais da informação, com destaque para os bibliotecários, enquanto mediadores eficazes da informação é relevante para que a sociedade compreenda a função social desse profissional. Sendo assim, a concepção de mediação na formação do bibliotecário implica propor meios para facilitar esse processo midiático. Por mediação da informação compreende,

toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Nessa perspectiva de interferência, o bolsista de extensão precisa conhecer as necessidades dos usuários, a fim de dispor a informação certa para suprir a carência informacional do indivíduo. Além disso, para que ocorra a apropriação da informação é necessário que as fontes disponíveis possam ser acessadas e compreendidas pelos usuários. O processo midiático da informação é uma oportunidade para que as universidades exerçam sua responsabilidade pelo viés da ação da extensão, principalmente para as comunidades externas.

Destarte, formar cidadãos comprometidos com o social, com uma visão das questões sociais, é ímpar para melhorar a situação dos setores marginalizados na sociedade. Diante disso, compreende-se que a base de transformação social está na educação, em suas instituições de ensino, portanto, em seus professores, técnicos, discentes, os quais representam o ponto de partida para a formação de um coletivo que construa uma educação a serviços dos interesses sociais (PEREIRA, 2002).

Para o alcance desse objetivo, deixar de ser uma instituição desarticulada dos interesses sociais e tornar-se protagonista de um processo educativo capaz de interferir na sociedade é uma conquista que deve ser galgada por essas instituições. A universidade participativa está intimamente relacionada à aproximação desta com a realidade externa o que ocasiona um processo de revisão do processo de interpretação da missão educacional da instituição.

Nessa perspectiva, afirma-se que uma educação comprometida com a formação cidadã implica uma formação integrada com o contexto social, que não se isola em seus intramuros.

⁸ Assistencialismo: forma de oferta de um serviço por meio de uma doação, favor, boa vontade ou interesse de alguém e não como um direito. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/>>.

Diante disso, as universidades devem repensar a sua atuação no desenvolvimento do aprendizado colaborativo e contínuo, transdisciplinar, a fim de proporcionar habilidades cognitivas e relacionais de cidadania como dimensão do processo formativo (CREMASCO, 2009).

Esta pesquisa não perde o foco sobre a função maior da universidade – formar técnicos capacitados para cooperar com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, profissionais com habilidades e competências para o progresso da nação, o que está sendo realizado por essas instituições – mas pontua uma dimensão, que está sendo esquecida, por força do próprio sistema capitalista, referente às causas sociais, variável que precisa ser discutida por essas instituições.

Para Cremasco (2009) formar profissionais capacitados tecnicamente, estimulando a atuação crítica e participativa, considerando os aspectos sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas sociais, faz parte da responsabilidade social universitária. A contemporaneidade tem exigido das organizações, além do cumprimento das funções básicas direcionadas ao mercado profissional, atitudes e valores voltados à cidadania. Nesse sentido, conclamam essas instituições de ensino a refletirem sua atuação, ora distanciada das comunidades para uma postura imbricada nas questões sociais.

6 CONCLUSÃO

Analisar a responsabilidade social universitária pelo viés da Extensão realizada nos cursos de Biblioteconomia da região Nordeste do Brasil remete a uma reflexão profunda acerca da missão dessa instituição acadêmica e da profissão bibliotecária nessa sociedade marcada por disparidade social intensa, e por essa razão constitui-se tarefa desafiadora. Compreender como as universidades públicas promovem uma educação cidadã, comprometida com questões sociais em um contexto em que o individualismo predomina, é suscitar questionamentos acerca de uma formação, muitas vezes, tecnicista, mas carente de aspectos essenciais para o bem viver: cidadania, ética, alteridade, compromisso social etc.

Nessa proposição, é essencial um ensino que estimule um novo pensar, metodologias e formas de aprendizagem, que fortaleça a formação acadêmica. Em contraposição, os dados coletados revelaram um panorama alijado da proposta da Extensão Universitária prenunciada pelo Plano Nacional de Extensão e ratificada pelo FORPROEX: pouca visibilidade da extensão nos currículos acadêmicos e ínfima integração com as comunidades. Destarte, estabelecer prioridades para a prática extensionista, principalmente, para as temáticas direcionadas à inclusão é premente nas universidades em face ao atual contexto social.

A sociedade requer das organizações compromisso com o social, a paz, os direitos humanos, a cidadania, variáveis da responsabilidade social. Nesse panorama, compete às universidades repensarem sua práxis educativa pautada em padrões da cátedra e cooperar com um aprendizado estratégico, significativo, comprometido com o desenvolvimento social. No âmbito da educação superior, a articulação da extensão, ensino e pesquisa permite a integração da universidade com a sociedade, fator essencial para alcançar seus objetivos.

Como resultado e para dar continuidade à pesquisa, está sendo desenvolvido, no âmbito da Universidade Federal do Cariri (UFCA), o Projeto de Pesquisa “A Extensão Biblioteconômica no Brasil” que dar continuidade à pesquisa, atualizando os dados e ampliando o seu *locus*. Os dados coletados nessa fase atual da pesquisa (2019-2020) estão sendo tabulados e após a análise dos mesmos, serão publicados, a fim de ampliar a discussão acerca da extensão universitária nos cursos de Biblioteconomia do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. **Da arte de não participar**. 2003. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/pessoais_conteudo.php?cod=5>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Salvador/Ba, v.2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

BAVA, Silvio Caccia. **Tecnologia social e desenvolvimento local**. 1998. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1522/1522.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. IBGE. **Relatório dos Indicadores Sociais do Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. RJ: Campus, 1992.

BÓLAN, Valmor; MOTTA, Márcia Vieira da. Responsabilidade social no ensino superior. **Revista Responsabilidade Social**, [s.l.], ano 3, n.3, p. 11-20, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Barbara Catoni. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CABRAL, Nara Grivot. **Saberes em extensão universitária: contradições, tensões, desafios e desassossegos**. 2012. 259f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Doze Premissas para a construção e uma política institucional de Responsabilidade Social nas IES. **Revista Responsabilidade Social**, [s.l.], ano 3, n. 3, 2007.

CREMASCO, Marco Aurélio. A responsabilidade social na formação de engenheiros. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição as universidades**. São Paulo: Peirópolis, Instituto Ethos, v.7. p. 17-42, 2009.

DELORS, Jacques *et al* (Orgs.). **Educação um tesouro a descobrir** – relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 7.ed. Brasília: Editora Cortez, 2010.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX. 2012. **Política Nacional de Extensão Universitária** (2012). Disponível em <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>.

_____. **Comissão de Relações Internacionais**. Programa de internacionalização da extensão universitária (Interext). Minuta de proposta. 2013. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/prec/files/2013/11/inter_ext.pdf>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 67. (Coleção Leitura).

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG. Reimpressão. 2008.

MINAYO, Maria Cecília de S. Violência, um problema social que afeta a saúde pública. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n.35, p. 23-35, 2006.

_____. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, 2009.

OLIVEIRA, Dennis de. Relações raciais e poder. **Princípios**, São Paulo, n. 34, 1994.

PEREIRA, Sueli Menezes. Globalização, descentralização e exclusão social: grandes e novos desafios para a gestão escolar. **Linhas Críticas**, Brasília, v.8, n.4, p.119-138, jan./jun. 2002.

PLATAFORMA LATTES. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevali, 2013.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes, Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 1998.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia científica**. 2007. Disponível em: <http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf>.

SILVA, Inês Amaro da. **Educação socialmente responsável**: expressões no ensino de graduação em universidade comunitária. Porto Alegre, 2014. 273 f.: Tese (Doutorado em Educação) – Fac. de Educação – PUCRS, 2014.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **Rev. Esc. Biblioteconomia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1991.

TOFLER, Alvin. **Resumo da palestra realizada no Congresso Nacional de Informática da SUCESU**, em 24 de agosto de 1993. [s.l.]. Disponível em: <<http://chaves.com.br/textalia/misc/tofler.htm>>.

TREVIZAN, Ana Flávia; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. **Diferenciação entre minorias e grupos vulneráveis**, 2010. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/>>.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000.

YIN, Robert. **Estudo de caso**. Porto Alegre: Bookman, 2005.